



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
9 a 11
de novembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	11 / 11 / 2019	PÁG.	3	Gerada	Positiva

MPMA aciona ex-prefeito de Caxias

Irregularidades em um processo licitatório para locação de veículos compactadores de lixo, realizado em 2013 pela Prefeitura de Caxias levou a ação do Ministério Público

Ação Civil Pública (ACP) por improbidade administrativa foi acionada contra o ex-prefeito Leonardo Barroso Coutinho (conhecido como Léo Coutinho) e outras 10 pessoas, além de duas empresas. Foram acionados Ironaldo José Bezerra de Alencar (ex-secretário municipal de Relação Institucional), Gilbran Karliil Costa Silva, Nariane Rejane de Oliveira Sampaio Silva, Pedro de Sousa Primo (ex-secretário municipal de Administração), Edilson Ribeiro Fernandes (ex-secretário municipal de Limpeza Pública), Gilmar Lira de Sousa e Maria da Graça Santos.

Também figuram na ACP Antônio José Sousa Paiva, Francisco Sousa da Silva (pregoeiro do Município à época), Filomena Raimunda Santos e as empresas GKNR Construções e Projetos e Empresa Pilotis.

A GKNR Construções e Projetos foi contratada para a locação de veículos compactadores de lixo para a Prefeitura de Caxias em 2013. A empresa, no entanto, não possuía nenhum veículo em seu patrimônio e sequer funcionava no local indicado como sede. Os caminhões foram adquiridos após a licitação por pessoas do município (inclusive servidores municipais) e alugados à empresa, que os colocaria à disposição do serviço de limpeza.

De acordo com os depoimentos colhidos pela 1ª Promotoria de Justiça de Caxias, a maioria dos veículos foi adquirida na loja Shopping Car, de propriedade do então secretário Ironaldo de Alencar.

Ouvido pelo Ministério Público, Gilbran Karliil Silva confirmou que todos os veículos utilizados seriam sublocados, pagando mensalmente R\$ 9.200,00 aos proprietários pelos veí-



EX-PREFEITO LEONARDO BARROSO COUTINHO (CONHECIDO COMO LÉO COUTINHO)

culos e profissionais que atuavam no serviço (motorista e responsáveis pela coleta nas ruas).

O empresário afirmou, ainda, que tomou conhecimento sobre a licitação em fevereiro de 2013, por meio da imprensa. A informação, no entanto, é questionada pela Promotoria. Além da GKNR Construções e Projetos, Gilbran Karliil é sócio da MLP Construções e Empreendimentos Ltda., empresa que apresentou consulta de preços para embasar a licitação em 22 de novembro de 2012. "Estranhamente, os valores apresentados naquela consulta foram o dobro dos valores apresentados pela empresa vencedora do certame", apontou, na Ação, o promotor de justiça Francisco de Assis da Silva Júnior.

O membro do Ministério Público aponta outros indícios de fraude. Um

deles é o fato de que, ao ser questionado a respeito, o secretário municipal de Limpeza Pública, Edilson Fernandes, não tinha qualquer controle sobre os veículos, apesar de o contrato tratar da "locação de veículos e máquinas pesadas para serviços de limpeza pública na cidade de Caxias-MA, no exercício 2013".

Também questionado a respeito da relação dos veículos e garagem deles, o secretário de Administração, Pedro Primo, encaminhou ofício ao gerente da empresa, solicitando as informações. "Embora o contrato tratasse de locação de veículos, os mesmos não eram colocados à disposição do Município de Caxias, não existindo qualquer controle por parte da Administração Pública", explicou Francisco de Assis da Silva Júnior.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	9 e 10 / 11 / 2019	PÁG.	3	Espontânea	Positiva

Ataque

O secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, voltou a atacar o deputado federal Aluisio Mendes (PSC).

Portela alega que Mendes não quer que ele preste depoimento na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, que apura a denúncia de grampo ilegal feita pelo delegado Ney Anderson Gaspar e pelo ex-delegado Tiago Bardal.

O secretário considera que a vinda de Aluisio e de outros membros da comissão de Segurança a São Luís é apenas um "circo" criado pelo deputado do PSC.

Depoimentos

O ataque de Jefferson Portela (dois em menos de uma semana) ocorre no mesmo dia em que Aluisio Mendes e mais dois membros da Comissão de Segurança da Câmara ouviram Ney Anderson e Tiago Bardal.

Os parlamentares foram à sede da Polícia Federal para colher de novo o depoimento do delegado e do ex-delegado.

Na quinta-feira, 7, os membros da Comissão de Segurança foram até o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, e ouviram somente que a investigação segue e está em segredo de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

9 e 10 / 11 / 2019

PÁG.

6

Outros desafios: fomentar áreas à arborização e proteger aquíferos

Mais uma das preocupações do conjunto de regras é apresentar uma cidade mais saudável ambientalmente, com a inclusão de espaços ambientais e preservação das áreas de absorção de reservas aquíferas

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

Um dos itens do Plano Diretor prevê a garantia da qualidade do ambiente urbano e rural, com ações que promovam a preservação e proteção dos recursos naturais. Ciente disso, uma das metas do conjunto de regras - cujo texto final foi remetido pela Prefeitura de São Luís para apreciação do Poder Legislativo - é a "implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana", que, de acordo com o texto oficial, "será usado como instrumento para a definição do planejamento, implantação e manejo das mudas no ambiente urbano" da capital maranhense.

A meta do Plano é executar esta política no prazo "de até um ano". No entanto, especialistas e ambientalistas entendem que a estimativa é insuficiente para atender às expectativas de uma cidade que registra aumento no Índice Médio de Temperaturas. A ausência de número compatível nas vias de São Luís de mudas associa-se a outras razões para a sensação de calor que vive a população, como o "efeito estufa" (fenômeno estimulado pelo aumento nos fluxos de gás carbônico na atmosfera) e a influência de fenômenos geográficos, como a elevação das temperaturas das águas do oceano.

Em fevereiro deste ano, O Estado publicou reportagem especial que retrata iniciativas do poder público ligadas ao estímulo de plantação de mudas frutíferas e outras espécies. Vias, como a Avenida Jerônimo de Albuquerque e a Lancha de La Touche, continham com plantas deste tipo, contribuindo para fatores ambientais e, ao mesmo tempo, proporcionando um visual urbano mais agradável à cidade.

Em dezembro do ano passado, a gestão pública de São Luís - em parceria com órgãos federais, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - entrou a revitalização do Complexo Deodoro. Na área, que abrange as alamedas Silva Mala e Gomes de Castro, e possui, quase um ano depois, amostras não somente frutíferas, como ainda de pau-d'arco, ipê e pau-brasil.

A Praça Deodoro foi escolhida para este trabalho, pois ali havia espécies usadas como sombras pelos frequentadores, formadas pelos olizeiros, que dominavam o espaço nas décadas de 1980 e 1990. Enquanto alguns tipos de árvores foram reidentificados pelo poder público, outro fruto conhecido e originário de planta nativa comum e que não é mais vista na ilha é o chamado guajiru. De acordo com biólogos, o produto desta planta ainda é perceptível em outros estados, como Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Pernambuco. Dentre as razões para ser escolhida nestes locais, está a resistência à ação da salinidade.

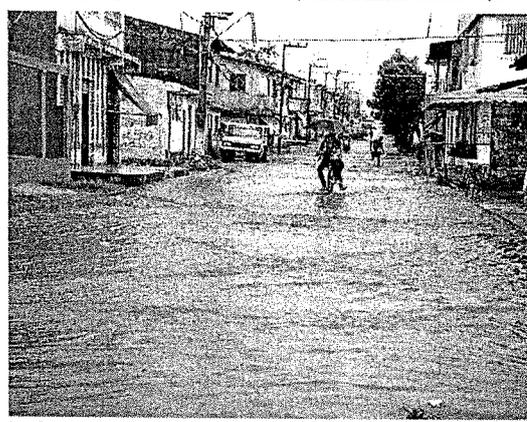
Apesar das iniciativas municipais em cidades, estudos do Plano Diretor de São Luís entendem que as medidas ainda são consideradas paliativas e pouco eficazes. Por ora, não há uma pesquisa elaborada para se saber qual o impacto do plantio de um número específico de plantas na temperatura média da cidade. Segundo o professor Luiz Edlundo Neves, geógrafo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pesquisador do Plano Diretor da capital maranhense, é necessário que o Município especifique pontos da legislação. "O Plano de Arborização elaborado anteriormente está claramente pressuado de ajustes. Até para especificar o cálculo do quantitativo de espécies com a atual conjuntura urbana da cidade e com o nível de calor em 2019 da capital



Área de proteção ambiental da Lagoa da Jansen registra baixo número de mudas e árvores, deixando espaços vazios



Conjunto de regras regulará uso e ocupação do espaço urbano da cidade, incluindo construções



Redução das reservas aquíferas desprotege lençóis freáticos, elevando os riscos de inundações durante chuvas

maranhense", disse. Segundo o especialista, existe um plano de 2008 elaborado pela Prefeitura que identificou áreas para plantio de mudas na cidade em castelões e outros espaços públicos. Para isso, o Município deveria, de forma associativa, contemplar as concentrações de áreas verdes com espaços de socialização, como praças. "A Prefeitura não tem um projeto para o plantio de mudas de forma eficaz. Após apenas de plantio específico em avenidas, sem nenhum estímulo para que isso continue nos próximos anos, não resolverá o problema", afirmou.

Faltam árvores em área de proteção ambiental Um dos itens do atual Plano Diretor reconhece a existência de áreas com o Iapiracó (fonte atualmente está o projeto de revitalização da reserva do Iapiracó) e Parque Estadual da Lagoa da Jansen. De acordo com o Decreto nº 15.618, de 26 de junho de 1987, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Iapiracó registraria um espaço aproximado de 322 hectares abrangendo "masa de galeria" que protegeria as nascentes do riacho Iapiracó. Enquanto na APA Iapiracó existe reservas de proteção vegetal

até os dias atuais e incentivo ao replantio de novas mudas, o Parque da Lagoa da Jansen registra vários espaços abertos sem nenhuma fixação de espécies vegetais. O Decreto nº 4.878, de 23 de junho de 1988, transformou a época a Lagoa da Jansen em parque ecológico. Desde então, o poder público teve como "obrigação" estimulada o aproveitamento da área para fim "de uso comum". Com a revitalização do parque e execução de obras no entorno, anos mais tarde, de modernização, estimulava-se a implantação de mudas e árvores no entorno, o que não aconte-

PLANO DIRETOR

208 artigos no total
19 artigos foram excluídos
63 itens foram alterados
59 artigos foram incluídos

Fonte: Câmara de São Luís

Com isso, abriram-se verdadeiros "clarões" no entorno da Lagoa da Jansen. Um deles é visto ao lado da concha acústica, usada frequentemente para shows e outros eventos do gênero. "O que a gente observa aqui é a falta de eficácia e execução das administrações municipal e estadual quanto ao uso do espaço urbano", afirmou Luiz Eduardo Nunes, geógrafo, que aponta não haver esperança de cumprimento do artigo 109 do Plano Diretor, que prevê a implantação do Plano Municipal de Arborização.

No Inaugurar, em 2016, uma praça da Lagoa da Jansen, o Governo do Maranhão e a Prefeitura de São Luís firmaram acordo para estimular o plantio de mudas no entorno do parque ecológico. No entanto, o projeto não apresentou continuidade. Se executada, o Plano Municipal de Arborização poderia estimular, por exemplo, a boa prática social já que os moradores do entorno da área de plantio seriam orientados a cuidar das espécies fixadas.

Diminuição das áreas de "recarga de aquífero" e possibilidade de inundação das vias Outro ponto que causou polêmica durante discussões prévias no Plano Diretor de São Luís está relacionado à redução nas áreas de "recarga de aquífero", ou seja, áreas de solo na cidade que sejam consideradas propícias para o acúmulo de fontes hidrográficas, os chamados lençóis freáticos. Segundo o texto, estes espaços (cujas áreas atuais são de aproximadamente de 7.712 hectares) seriam reduzidos para aproximadamente 7.550 hectares.

Com a desproteção legal destes espaços definidos como tal, os 162 hectares que equivalem à diferença entre o que é considerado área de recarga atualmente e o que deixaria de ser, com a aprovação do Plano Diretor, poderiam - a partir de então - estar mais suscetíveis à canalização de águas oriundas das chuvas e de outras fontes. Caso o volume não seja suficiente para absorção pela terra, esta quantidade de água se concentraria na parte externa do solo, contribuindo - dependendo da localidade - para inundações e outras ocorrências.

A incapacidade destes espaços em absorver água suficiente gerada por chuvas e galerias apresenta uma cena comum na ilha de ano em cidade de vias inundadas, época em que os percentuais pluviométricos costumam ser maiores. "Uma sugestão seria elevar a estrutura urbana subterrânea, facilitando a canalização da água, por exemplo, para as fontes hidrográficas da ilha", explicou Luiz Eduardo Neves.

Lei de Zoneamento como norteador do Plano Diretor e orientador da ocupação do espaço urbano

A Lei de Zoneamento, que dispõe sobre o planejamento de desenvolvimento de São Luís em zonas, define normas de parcelamento e uso do solo urbano da cidade. A legislação é definida como parâmetro do Plano Diretor já que, enquanto a última se constitui como o principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural, a legislação de zoneamento trata das regras para construção em

determinadas áreas da cidade.

Apesar do Plano Diretor ser o conjunto que dita a política de ocupação nas demais regras, a Lei de Zoneamento também registra alguns pontos importantes. Há alguns anos, o Município especifica a metragem máxima que cada prédio deve conter por ocupar determinado sítio na cidade. É o que se chama tecnicamente de Área de Lote, que pode ser definida em mínima ou máxima. Este cálculo é registrado na Lei de Zoneamento.

O Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INICIP), responsável pela discussão e regulamentação do texto final do Plano Diretor foi o responsável municipal e estadual quanto ao uso do espaço urbano", afirmou Luiz Eduardo Nunes, geógrafo, que aponta não haver esperança de cumprimento do artigo 109 do Plano Diretor, que prevê a implantação do Plano Municipal de Arborização.

Audiências e participação popular na construção do Plano Diretor No início do ano, a Prefeitura de São Luís - em cumprimento às normas legais - deu início a uma rodada de audiências públicas para discussão do Plano Diretor da cidade. O objetivo do trabalho, além de cumprir a exigência normativa, também serviu para - em discussão com a sociedade civil - reunir sugestões de alteração ou modificação do texto original elaborado pela administração.

Durante os encontros, de acordo com informações da Prefeitura, a proposta foi apresentada de forma minuciosa, sendo em resultado das 40 reuniões realizadas antes dos encontros pelo Conselho da Cidade no Plano Diretor de São Luís está relacionado à redução nas áreas de "recarga de aquífero", ou seja, áreas de solo na cidade que sejam consideradas propícias para o acúmulo de fontes hidrográficas, os chamados lençóis freáticos. Segundo o texto, estes espaços (cujas áreas atuais são de aproximadamente de 7.712 hectares) seriam reduzidos para aproximadamente 7.550 hectares.

Em junho deste ano, o Executivo apresentou o texto final com as supressões e acréscimos para a Mesa Diretora da Câmara de São Luís. Com o sucesso preliminar de meio do ano, o texto somente fora remetido às comissões temáticas da Casa a partir de agosto.

Atualmente, de acordo com a Câmara, quatro comissões analisam a matéria. Além da Comissão de Mobilidade Urbana, também estudam o texto a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Economia e de Meio Ambiente. Antes disso, a Câmara promoveu nove audiências de audiências públicas com a população e órgãos da sociedade civil.

O primeiro encontro aconteceu na sexta-feira (1º) no campus Monte Castelo do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A segunda audiência ocorreu na terça-feira (5) no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o terceiro encontro, de acordo com o cronograma oficial do Legislativo Municipal, ocorrerá neste sábado (8), a partir das 9h, na Escola Estadual Professor Mário Martins Meinel, na avenida Engelberto Emiliano Nogueira, em Pedrinhas.

A última das oito audiências da Câmara Municipal acontecerá no dia 26 de novembro deste ano, na Unidade de Educação Básica Gomes de Sousa, na Rua da Igreja, nº 100, bairro Vila Maranhão. De acordo com a direção do Conselho de Cidades da Prefeitura de São Luís, o Plano Diretor revisado apresenta 208 artigos (com a exclusão de 19 artigos originais).

Após primeira revisão pelo poder público, 86 artigos permaneceram sem alterações e 123 artigos foram alterados ou atualizados.

VIDEO NA
VERSÃO DIGITAL
estadomara.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Nedilson Machado					
DATA	09 / 11 / 2019	PÁG.	8	Gerada	Positiva

09/11/2019 10:00:00 AM - 09/11/2019 10:00:00 AM

✦ O artista plástico maranhense Jocélio Santoliver, 38, reúne jarros, luminárias, esculturas, aquários, porta objetos e fontes de água na exposição "Arte Defisop" que está em cartaz até o próximo dia 14, na Procuradoria Geral de Justiça.

✦ Curiosidade: a primeira vista, as peças do artista parecem feitas de pedra, vidro ou porcelana, mas são de isopor derretido, areia e tinta.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

9 / 11 / 2019

PÁG.

12

Homem é preso por homicídio e violência doméstica em São Luís



Fernandson Silva Lopes foi preso ontem no bairro da Alemanha

Um homem identificado como Fernandson Silva Lopes foi preso, na sexta-feira (8), no bairro da Alemanha. Contra ele, havia dois mandados de prisões preventivas que foram expedidos pela 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Segundo a Polícia Civil, ele é suspeito de homicídio e violência doméstica. No caso do homicídio, o preso, acompanhado de outras

duas pessoas e um adolescente, teria assassinado, em dezembro de 2012, Gutemberg Silva Berredo. O crime ocorreu na Rua do Peixe, no bairro da Alemanha. Além disso, Fernandson agrediu a própria avó de 83 anos. A agressão foi em março de 2019, conforme a polícia. Após as formalidades legais, o preso foi conduzido ao Centro de Tráigem de Pedrinhas, onde ficará a disposição do Poder Judiciário.

Latrocida é preso no interior do Maranhão

Foi preso ontem (8), na cidade de Governador Edison Lobão, pela Polícia Civil, Franciel Dias de Sousa, em cumprimento de mandado de prisão preventiva pelo crime de latrocínio, que ocorreu no dia 19 de outubro em Lago dos Rodrigues. De acordo com a polícia, ele matou Altemir Soares Martins com golpes de madeira na região

da cabeça. Na ocasião do crime, Franciel entrou na casa da vítima para supostamente roubar armas e dinheiro que estariam guardados no local, mas foi surpreendido por Altemir. Após o assassinato, fugiu levando a moto e o celular da vítima. O preso foi encaminhado ao presídio da cidade, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Polícia prende duas pessoas em Timon e no centro de Teresina

Dois homens foram presos, na sexta-feira (8), pela Polícia Civil, nas cidades de Timon e Teresina, capital do Piauí. Eles foram identificados como Wilson Junior de Sousa Pereira, o "Ispanite", e Eduardo Ferreira da Silva. Wilson foi capturado em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. Com ele, os policiais encontraram trouxas de maconha e R\$508 em dinheiro trocado. Até maio desse ano, "Ispanite" estava preso por porte ilegal de

arma e também por tráfico de drogas. Já Eduardo foi detido em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela 2ª vara criminal de Timon, que o condenou a 7 anos e 4 meses por roubo majorado. Ele foi preso na Avenida Poty Velho, no bairro Santa Maria da Codelpe, em Teresina. Ambos foram encaminhados à Unidade Prisional de Ressocialização de Timon.

Operações do Batalhão Tiradentes reduzem ocorrências em coletivos na Grande São Luís

Assaltos a ônibus diminuíram 48% nas cidades da Região Metropolitana de São Luís, em outubro de 2019, no comparativo com o mesmo período do ano passado. A queda reflete na promoção de operações específicas e intensificadas para controle e prevenção destes casos. Coordenadas pelo Batalhão Tiradentes de Polícia Militar, as ações têm foco no "fator surpresa" com abordagens aos veículos e passageiros em paradas estratégicas. Os dados do grupamento apontam ainda que a redução se mantém nos últimos três anos. Fruto das operações, dados do Batalhão Tiradentes apontam 45 ocorrências a ônibus em outubro de 2018, reduzindo para 23 casos, no mesmo mês deste ano. "O objetivo dos trabalhos é impedir assaltos a ônibus e garantir a segurança de quem utiliza o serviço público", diz o comandante do grupamento, tenente coronel Raimundo Andrade de Aguiar. Neste mês, o grupamento militar contabilizou mais de 17,9 mil abordagens a veículos diversos (ônibus, carros, motos, vans) e pessoas. O trabalho consiste na presença do policial nos coletivos para visão e monitoramento, priorizando pontos com maior demanda de ocorrências. Além das abordagens a pessoas, a polícia realiza condução, prisão de



Ações do Batalhão Tiradentes reduzem ocorrências em coletivos na Grande São Luís

suspeitos e apreensões de drogas e armas, se for o caso. O aumento no número de abordagens é outro fator para a redução dos assaltos e outras ocorrências a coletivos. O comandante destacou ainda o apoio irrestrito do governador Flávio Dino ao investir no grupamento com mais veículos e equipamentos para combate a este e outros crimes. Operações diretas como a Saturação e Transporte Seguro, complementam as ações do Batalhão para garantir segurança de quem utiliza o transporte coletivo. A área de atuação do Batalhão Tiradentes da Polícia Militar

alcança todo o Maranhão, atuando especificamente na Região Metropolitana de São Luís. São desenvolvidas atividades de moto patrulhamento e atuação da tropa na cobertura e apoio aos demais batalhões da região. "O Batalhão é altamente operacional e muito qualificado no atendimento e apoio para controle das ocorrências", destaca o tenente coronel Raimundo Aguiar. O comandante reforça que a redução dos índices de forma gradativa é uma comprovação do êxito de um trabalho planejado e direcionado. "Temos intensificado

nossas operações para manter esta linha de redução dos casos, e, assim, garantindo cada vez mais a tranquilidade da nossa população nas áreas em que atuamos", pontua Aguiar. **PRODUTIVIDADE** No comparativo da produtividade do Batalhão Tiradentes, de janeiro a outubro deste ano, na Grande Ilha, o grupamento contabilizou a prisão de 63 suspeitos de assaltar. Em apreensões somaram 31 armas de fogo e 34 simulacros, além de drogas tiradas de circulação. No período, o Batalhão conduziu 369 pessoas a delegacias, prendeu 34 foragidos de justiça e recuperou 31 veículos. No que refere às ocorrências a ônibus, totalizaram 506 em 2018, diminuindo para 352 casos em 2019. Somado ao trabalho de rotina, o grupamento desenvolve ainda uma série de operações direcionadas à prevenção e controle de criminalidades diversas. Entre estas, a operação Liberdade em Paz, com a finalidade de combater crimes diversos no bairro. Resultado da ação, em um mês a presença da Polícia Militar no bairro resultou na abordagem a 4.936 veículos, destes, 3.186 ônibus; abordagem a 10.029 pessoas, sendo uma condução a delegacia; nove bares interditados; uma arma de fogo apreendida; e drogas diversas apreendidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	9 / 11 / 2019	PÁG.	12

Polícia divulga nome de PM suspeito de duplo homicídio em Imperatriz

AIDÉ ROCHA

O policial militar Bruno Leonardo Alencar, lotado no 34º Batalhão da Polícia Militar de Amarante do Maranhão, é o suspeito do duplo homicídio ocorrido dia 26 de outubro, em uma chácara, localizada na estrada da Fachinne, na cidade de Imperatriz. O nome dele foi divulgado pelo comando do 3º Batalhão da Polícia Militar. O crime, que teve como vítimas os jovens Luciano dos Santos Lopes e Lucas Gustavo Camelo Chaves, ocorreu durante uma briga iniciada após uma regulagem feita no som da festa.

O policial se apresentou na Delegacia no dia seguinte aos homicídios e, de acordo com o delegado Praxistele Martins, titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) de Imperatriz, alegou que efetuou um único disparo depois de ter sido atingido com um golpe de garrafa na cabeça. Na ocasião, ele ficou

preso administrativamente na sede do comando.

Conforme a PM, a detenção durou três dias e o suspeito foi afastado das funções. A informação é de que ele deverá ser preso novamente em até 30 dias.

RELEMBRE O CASO

Uma briga em uma festa na madrugada de sábado (26), ocorrida em uma chácara, na cidade de Imperatriz, terminou em tragédia. Duas pessoas morreram e outras duas também foram alvos de tiros durante a confusão.

As vítimas fatais foram dois jovens identificados como Luciano dos Santos Lopes, 21 anos, e Lucas Gustavo Camelo Chaves, de 23. Luciano morreu ainda no local, enquanto Lucas chegou a ser levado ao Hospital Municipal de Imperatriz, mas não resistiu. Segundo a polícia, duas mulheres também ficaram feridas, mas sem gravidade. Kananda Salury Rodrigues da Silva e Amanda Carolina Sousa Cardoso foram



Luciano Lopes e Lucas Gustavo foram mortos durante uma briga

encaminhadas ao hospital. A primeira passou por cirurgia para

retirada da bala que ficou alojada entre a clavícula e o pulmão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA 9 e 10 / 11 / 2019

PÁG. 13

Pacto Federativo

Bancada do Maranhão se manifesta contra a extinção de municípios

Deputados falam sobre a PEC do Pacto Federativo apresentada pelo governo Bolsonaro, que pode acabar com 1.252 municípios no Brasil

GIJ MARANHÃO

“Os municípios de até cinco mil habitantes deverão comprovar, até o dia 30 de junho de 2023, sua sustentabilidade financeira. A sustentabilidade financeira do município é atestada mediante a comprovação de que o respectivo produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 da Constituição Federal corresponde a, no mínimo, dez por cento da sua receita. O município que não comprovar sua sustentabilidade financeira deverá ser incorporado a algum dos municípios limítrofes, a partir de 1º de janeiro de 2025. O município com melhor índice de sustentabilidade financeira será o incorporador. Poderão ser incorporados até três municípios por um único município incorporador.” Este trecho está contido na Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, umas das três PECs que o governo federal entregou ao Congresso Nacional como parte do chamado pacote de medidas econômicas chamado “Mais Brasil”. O texto, que incluiu o art. 115 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estourou como uma bomba, abalando tanto o meio político, como todos os 5.570 municípios brasileiros, causando mais alvoroço nas 1.252 cidades afetadas diretamente pela proposta e que podem voltar a ser povoados – segundo levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A PEC do Pacto Federativo traz, como um todo, mudanças na divisão de recursos de União, estados, Distrito Federal e municípios e prevê, entre outros pontos, a descentralização de recursos do pré-sal, a criação de um Conselho Fiscal da República



O presidente Jair Bolsonaro, ministros e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, durante a solenidade de entrega das propostas do novo pacto federativo ao Congresso

e medidas de desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento. “Isso significa muito mais recursos, que hoje são concentrados na União, indo para municípios e para os estados do Brasil. Estima-se que cerca de R\$ 400 bilhões em um período de 10 a 15 anos. O pacto federativo é dinheiro indo para prefeitura e estado, que são os locais onde as pessoas

são atendidas na saúde, na educação e na segurança pública”, disse em vídeo publicado no Twitter o senador Márcio Britar (MDB-AC), que acaba de ser escolhido para ser o relator da proposta – que ganhou no Senado o número PEC 188/2019). Mas não é assim que festejam os demais congressistas. Desde a sua apresentação, a proposta de governo Bolsonaro de extinção

dos municípios vem sendo repudiada na Câmara e Senado. A Bancada Federal do Maranhão – estado que pode perder quatro municípios, também reagiu. Os parlamentares maranhenses defendem a viabilidade financeira dos municípios pequenos, mais investimentos em serviços, e são contrários à sua extinção. O Jornal Pequeno ouviu a opinião de alguns deles.

Opinião de parlamentares maranhenses sobre a PEC do Pacto Federativo

PLEBISCITO OU REFERENDO



“A extinção de municípios, pelo seu caráter político, deve ser decidida por plebiscito ou referendo. Não creio que o Congresso, embora tenha competência e legitimidade para isso, deva ter o pronunciamento definitivo sobre o tema. Ao cidadão cabe a palavra final” – Senadora Eliziane Gama, líder do Cidadania

INICIATIVA PRECIPITADA



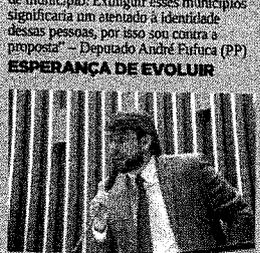
“É uma iniciativa precipitada, que chega a ser uma violência, que não apoia. Além de impressão e de graves lacunas nos dados e informações econômicas e sociais, a proposta desrespeita a tradição, a vontade política do povo e a história de emancipação dos municípios brasileiros. Ela também desconsidera a tendência de crescimento dos consórcios municipais, uma solução de integração e de otimização de recursos das prefeituras, cujos bons resultados já são uma realidade em muitas regiões. Nesse contexto, certamente é bem-vinda a discussão da reforma administrativa, que precisa priorizar a gestão pública efetiva e de qualidade. Por fim e mais importante, o processo de revisão das estruturas federativas só pode ser desenhado depois que for aprovada uma justa reforma tributária, que terá de reduzir a excessiva concentração nos tributos federais, transferir recursos em volume compatível com as responsabilidades das prefeituras e ampliar a chance de geração de receitas próprias dos municípios” – Deputado Juscelino Filho (DEM), coordenador da Bancada do Maranhão no Congresso Nacional

ATENTADO À IDENTIDADE



“Acredito que a proposta é boa desde que não sejam sacrificadas as cidades. Dessa forma, vou me colocar contra qualquer tipo de extinção dos municípios brasileiros”, declarou o deputado André Fúfua, ex-Secretário da Mesa Diretora da Câmara, para quem a proposta de extinção é um atentado político e cultural. “Existem cidades que apesar da pouca população, já têm toda uma identidade de município. Attingir esses municípios significaria um atentado à identidade dessas pessoas, por isso sou contra a proposta” – Deputado André Fúfua (PP)

ESPERANÇA DE EVOLUIR



“Estáicho que a proposta tem pontos positivos e outros que o Congresso vai poder aperfeiçoar. O ponto positivo, é quando a proposta trata da possibilidade de poder de fazer melhor distribuição dos recursos para municípios e os estados. E a gente tem que inverter essa pirâmide orçamentária e financeira, para que os municípios tenham realmente autonomia não ter que buscar nos Ministérios de pães nas mãos. O ponto negativo é esta questão de extinção dos municípios.

A gente sabe, na nossa realidade, aqui do Maranhão, por exemplo, e em outros estados como o Pará, pela extensão do estado, tem municípios muito distantes uns dos outros. Mesmo que eles não tenham 5 mil habitantes, tem muitos municípios com mais de 100 quilômetros de mais próximo. Acho que a gente estaria de vez acabando com a esperança desses municípios de evoluírem, prosperarem e de sua população ter dias melhores. E esse ponto

nós vamos estar trabalhando para tirar da proposta” – Deputado Pedro Lucas (PTB)

VIZINHANÇA POBRE



“É para ser estudado com muita responsabilidade e cuidado a iniciativa do ministro Guedes de propor ao Congresso a extinção de municípios. O Governo também precisa ter mais tempo para examinar todas as variáveis, pois 2023 me parece pouco. No Maranhão, a grande maioria a vizinhança desses pequenos municípios é tão pobres quanto eles. As administrações municipais são parecidas na eficiência e irresponsabilidade administrativa e quase todos têm preguiça tributária. Não querem saber de arrecadar, nem de conter despesas. Como fazer com as despesas com educação, saúde, funcionários? O que deve desaparecer são as despesas com prefeitos e vereadores, as outras permanecerem. Não conseguimos sequer fazer consórcios entre municípios, e não temos qualquer experiência em fusões e incorporações. Logo, acho que esta proposta é um fiasco na sala, uma pagadinha” – Deputado Gastão Vieira (PROS)

PROBLEMA É O GOVERNO



“O pacote do ministro Paulo Guedes segue este roteiro de diminuição do papel do Estado, em um país em que as ações do estado não chegaram sequer a toda a população. Vai gerar mais desigualdades, mais pobreza, reduzir direitos. Não são medidas que impulsionem o desenvolvimento do país, com geração de emprego e renda. E quanto a extinguir municípios, imensa balela. Problemas não são os municípios. Problema está na política

macroeconômica, na capacidade do estado brasileiro impulsionar ou não o desenvolvimento. E o pacote do Guedes, feito para o Bolsonaro, que já confessou nada entender de economia, não vai impulsionar desenvolvimento” – Deputado Márcio Jerry (PCdoB)

A IDÉIA NÃO É LOUVÁVEL



“A PEC do Pacto Federativo traz várias mudanças positivas. Mas o item que trata sobre a extinção dos municípios não é bom, não é louvável. Nós vamos nos propormos contra esta proposta, porque entendo que o município, por ter menos de 5 mil habitantes não tenha vida própria e ou condições de crescer. Muito pelo contrário, temos exemplos no Maranhão de municípios pequenos que se tornaram grandes municípios, como Buriticupu, que hoje tem mais habitantes que a cidade-mãe, que é Santa Luzia do Tide. Nasceu com menos de 20 habitantes e hoje tem mais de 70 mil. Então não vejo que a forma de melhorar a vida dos brasileiros seja extinguindo municípios. Tem países que é bem menor que o nosso, como a França, que tem 35 mil municípios, e nós só temos um pouco mais de 5 mil. Ao invés de diminuir, nós temos que aumentar a quantidade principalmente de áreas que precisam se desenvolver” – Deputado Hildo Rocha (MDB)

CONDIÇÕES SUSTENTÁVEIS



“Como um dos políticos brasileiros que mais defende e representa os municípios na Câmara Federal, eu discordei da posição do Governo em defender que um município deve ser valorizado apenas pela sua capacidade de arrecadação de impostos, em vez de considerar a população e os serviços públicos prestados. Defendo um padrão para que as

comunidades que querem se transformar em municípios tenham total controle, sustentáveis para abrigar sua estrutura. As cidades nascem de pessoas, essa gente tem identidade, cultura e capacidade de produzir. Uma coisa não muda a cara. Deputado Gil Contim

PROPOSTA ABSURDA



“Essa proposta de extinção de mais de 1.200 municípios brasileiros é uma proposta absurda e sem qualquer sustentação por parte desse governo. O governo não explica, por exemplo, como um município que tem um pouco mais de 100 mil habitantes, mas que tem uma população por cabeça maior que 5.000 habitantes, poderia arcar com os custos de todo o seu aparato público do seu município vizinho que seria extinto. Não explica, também, como o município que vai receber toda uma população e ter que pagar o tamanho de sua verba para prestar os serviços básicos de saúde, educação e segurança para milhares de novos habitantes, esse município não tem o meio arcaico” – Deputado PA Carlos (PT)

MUITA CAUTELA



“Dentro do pacto o governo, nos anos vamos discutir com prioridade de todos os aspectos, mas tem um ponto que tem chamado muita a atenção, que é a extinção de municípios. O presidente Bolsonaro, no 1º turno da eleição, só ganhou em um estado do Maranhão – São Pedro do Sul. Então, por incrível que pareça, o presidente esta propondo a extinção de um município em São Pedro do Sul. E de Bolsoas, Juruá do Maranhão e Nova Itaperiá. E preciso se refletir com o muita cautela para que não se tome decisões precipitadas em relação a pontos desse pacto” – Deputado Blázar Pereira (PSB)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA 9 e 10 / 11 / 2019 PÁG. 10

Suspeitos da morte de guardião da floresta continuam soltos

Funai informou que a polícia já identificou acusados, mas investigação segue em sigilo; segundo SMDH, 13 índios foram mortos em conflito com madeireiros

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Após uma semana do assassinato do líder indígena e guardião da floresta, Paulo Paulino Guajajara, o Lobo Mau; e do madeireiro Márcio Greykue Moreira Pereira, como também da tentativa de homicídio sofrida por Laércio Sousa Silva, o Laércio Guajajara, a polícia ainda não havia efetuado a prisão dos suspeitos. Esse ato bárbaro ocorreu no último dia 1º, na terra indígena Araribóia, entre as cidades de Amarante do Maranhão e Bom Jesus das Selvas. A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) informou de que janeiro de 2016 até a primeira semana deste mês 13 índios foram mortos em decorrência do conflito com madeireiros no estado e os criminosos não foram punidos.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), os autores da emboscada já foram identificados pela polícia, mas os nomes não foram revelados. A investigação está avançada, segue em sigilo e foi solicitado deslocamento de agentes da Força Nacional para ocupação da região.

O coordenador regional da Funai, Guaraci Mendes, declarou que o clima na reserva Araribóia continua tenso e três lideranças indígena tiveram que ser retiradas dessa localidade em companhia de seus familiares. No momento, elas estão sob proteção da polícia em locais sigilosos.

Ele ainda informou que, no Maranhão, pelo menos, há 20 índios de diferentes etnias, que vivem, sob a proteção do Estado. Inclusive, Paulo Paulino estava inscrito no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. "Visitei a aldeia onde reside o pai de Paulino Guajajara. Neste local, o clima continua de medo e luto", disse Guaraci Mendes.

Investigação

O trabalho investigativo está sendo realizado pelas Polícias Civil e Federal. O delegado Guilherme Campelo, que é superintendente da Polícia Civil do Interior (SPCI), informou que, por determinação da cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP), foi aberta uma portaria designando a equipe da Delegacia Regional de Im-



Índios assassinados em conflitos nos últimos anos no Maranhão

ÍNDIGENAS ASSASSINADOS

De 2016 a 1º semana deste mês no MA

- José Dias de Oliveira Lopes: morto com sinais de estrangulamento, no ano de 2016, na terra indígena Bacurizinho, em Grajaú
- Hugo Pompeu Guajajara: corpo encontrado com sinais de mutilações, no ano de 2016, na terra indígena Cana Brava, em Barra do Corda
- Aponyure Guajajara: morto a tiros, no ano de 2016, na terra Araribóia, na cidade de Amarante
- Genésio Guajajara: assassinado a tiros e pauladas, no ano de 2016, terra Araribóia, em Amarante
- Assis Guajajara: morto a pauladas, no ano de 2016, terra Araribóia, em Amarante
- José Queirpos Guajajara: corpo apresentava queimaduras, no ano de 2016, terra de Bacurizinho, em Grajaú
- Divino Guajajara: assassinado a golpes de faca, no ano de 2016, terra de Bacurizinho, em Grajaú
- Lopes de Sousa Guajajara: corpo mutilado, no ano de 2016, terra Morro Branco, Grajaú
- José Colírio Oliveira Guajajara: assassinado a tiros, no ano de 2016, terra Cana Brava, Barra do Corda
- Fernando Gamela: morto a tiros, no ano de 2016, terra Gamela, em Viana
- Sayrah Ka'apor: morto a facadas, no ano de 2017, terra Alto do Turiaçu, Centro Novo do Maranhão
- Paulo Paulino Guajajara: morto a tiros, no ano de 2019, terra Araribóia, em Bom Jesus das Selvas

peratriz, sob a coordenação do delegado Edson Martins, para investigar esse ato bárbaro.

O delegado afirmou que várias testemunhas já foram ouvidas na delegacia, como também estão no aguardo do resultado dos exames periciais. Um deles no local do crime que foi feito pelos peritos do Instituto de Criminalística como também dos exames de balística e cadavérico.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, por meio de rede social, disse que a Polícia Federal também estava sendo designada para investigar o caso. Inclusive, ainda na sexta-feira, 8, havia uma equipe da Polícia Federal na região do conflito trabalhando na investigação. A polícia tem o prazo de um mês para encaminhar o Inquérito para o Poder Judiciário.

NÚMERO

13

Índios já foram mortos em decorrência de conflito com madeireiros no estado, de janeiro de 2016 à primeira semana deste mês

Assassinatos

Antônio Pedrosa, que é assessor jurídico e membro da SMDH, declarou para o G1 MA que 13 indígenas já foram assassinados durante os últimos três anos motivado por conflitos com madeiros no Maranhão e os suspeitos não foram punidos. A maioria desses casos já foram arquivados nos processos.

Ele declarou que, até o momento, em nenhum caso foi identificado quem cometeu o crime ou foi levado a julgamento. Esse tipo de violência normalmente é praticado em lugares ermos, sem testemunha, principalmente, no interior da floresta, que não deixa de dificultar o trabalho investigativo. "A polícia deveria priorizar esse tipo de caso", afirmou Antônio Pedrosa.

Guardiões da floresta

Os Guardiões da Floresta atuam em várias localidades do Maranhão, principalmente, na terra Araribóia, onde vivem cerca de 12 mil índios. Eles possuem a missão de identificar e vigiar as trilhas abertas pelos madeireiros ilegais como também atuam no combate às queimadas.

O grupo é dividido por etnia e cada grupo define o número de guardiões para cada região que vai atuar dentro da floresta amazônica. Na Reserva Alto Turiaçu, no noroeste do Maranhão, os índios Ka'apor também usam tecnologia, como câmeras ocultas e GPS, para vigiar a selva. Os rastreadores indicam a rota dos caminhões, desde a origem até o destino.

As lideranças das etnias Ka'apor, Guajajaras e Awá-Guajás afirmam que estão sendo alvo de ameaças de madeireiros que estão instalados dentro da área indígena. No início deste ano, eles enviaram um vídeo às autoridades denunciando as ameaças que vinham sofrendo de forma diária. ●

Criminosos foram presos durante cerco policial no interior

Detidos são acusados de diversos crimes, como tráfico, homicídio, roubo e latrocínio

Quinze criminosos foram retirados de circulação durante cerco policial, que ocorreu no último dia 7, no interior do estado. Segundo a polícia, uma das incursões ocorreu em Pedro do Rosário e os detidos fazem parte de uma facção criminosa, que tem como base o estado do Rio de Janeiro.

Os presos foram identificados como Carlos Eduardo Costa Mendes, Calango; Dorilenes de Jesus Silva e Valdenir Mota Silva. Em poder deles, a polícia apreendeu arma de fogo, munições de calibres diversos, maconha, crack e motocicleta roubada. Eles foram encaminhados para a Unidade Prisional de Pinheiros onde vão ficar à disposição do Poder Judiciário.

Na cidade de São João dos Patos foi preso James da Silva Cruz em cumprimento de ordem judicial pelos crimes de roubo e violência do-

méstica. Foram presos em Barão de Grajaú Adão José Santana e José Gregório Lima Barbosa. Em poder deles, a polícia apreendeu armas de fogo e várias munições de calibres diversos. Também nessa cidade foi preso o foragido do Piauí, Francisco Joseane Borges de Andrade. Ele foi condenado há 40 anos por roubo.

Em Pinheiro, a polícia prendeu Amilton dos Santos Ferreira pelo crime de tráfico de droga e, em seguida, aprepado na unidade prisional. No município de Grajaú ocorreu a prisão de Emandes de Souza Santos. A polícia informou que ele é suspeito de ter assassinado Cleison Souza de Jesus, no dia 27 de setembro de 2015, no povoado Caneção, zona rural dessa cidade. ●

Integra em estadoma.com/475655

Militar é acusado de duplo homicídio em Imperatriz

Quatro pessoas foram baleadas; duas morreram durante uma confusão motivada por som alto

A polícia informou que o militar Bruno Leonardo Alencar deve ficar preso por um período de um mês na sede do 3º Batalhão da Polícia Militar, em Imperatriz. De acordo com a polícia, ele é lotado no quartel da cidade de Amarante do Maranhão e está sendo acusado da morte de Luciano dos Santos Lopes e Lucas Gustavo Chaves como também de ter baleado mais duas mulheres, nomes não revelados. O crime ocorreu durante uma festa em uma chácara, no dia 26 do mês passado, em Imperatriz.

Ainda segundo a polícia, Bruno Leonardo vai ficar recolhido por um período de 30 dias em uma das celas do 3º Batalhão da Polícia Militar onde vai ficar à disposição do Poder Judiciário. O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoas (DHPP).

No decorrer da investigação ficou constatado que houve uma briga nesse evento motivada pelo alto volume do som. No decorrer da confusão, o militar efetuou tiros e quatro pessoas foram atingidas. Uma delas, Luciano Lopes, morreu no local.

As outras vítimas foram levadas para o Hospital Municipal de Imperatriz (HMI) por socorristas do Servi-

ço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Lucas Chaves também foi a óbito, enquanto os outros feridos foram submetidos a procedimentos cirúrgicos e não correm mais risco de morte.

Audiência

A audiência realizada durante esta semana pela Promotoria da Infância e Juventude de Imperatriz determinou que o adolescente, de 17 anos, acusado de matar a tiros o soldado da Polícia Militar Wanderson Monteiro Silva, internação na Unidade da Fundação da Criança e do Adolescente dessa cidade.

A polícia informou que o adolescente em companhia de Emerson Santos de Sousa, de 24 anos, são acusados de terem matado o militar durante assalto ocorrido a uma loja de celulares, no bairro Juçara, em Imperatriz, no dia 23 de setembro deste ano.

Enquanto, o criminoso, identificado como Pedro Brito Sousa, o Pedium, de 19 anos, que teria ajudado na fuga os criminosos, acabou sendo morto em confronto com a polícia no mesmo dia do assalto. Ele tinha várias passagens pelo Poder Judiciário por diversos crimes. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	9 e 10 / 11 / 2019	PÁG.	1

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

São Luís discute a atualização do Plano Diretor, um conjunto de regras de promoção de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e outros setores. A legislação – cujo prazo final para revisão expirou em 2016 e que tramita no momento em quatro comissões (Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Economia e Constituição e Justiça) da Câmara dos Vereadores de São Luís prevê uma série de medidas para implantação pelo poder público, com a ajuda de parceiros da sociedade civil organizada, nos próximos anos, estimulando elevação na qualidade de vida das pessoas para as próximas décadas.

Algumas metas são desafios históricos, já que com o desenvolvimento irregular da cidade e ausência de planejamento urbano, muitas terão de superar obstáculos e a intransigência de determinados setores sociais.

O Estado debruçou-se sobre três destas metas e analisou o que o poder público terá que fazer para atingir estes objetivos: a criação de um Plano Cicloviário, no prazo de dois anos, a implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana e a Proteção às "Recargas de Aquífero", popularmente conhecidas como lençóis freáticos.

Criação de espaços cicloviários

Dados do portal G1, em parceria com o canal GloboNews, apontam que atualmente São Luís registra a pior relação entre o número de habitantes e a quantidade de quilômetros de espaços para a prática e circulação de bicicletas em zonas urbanas e malha viária da cidade. De acordo com o levantamento, são 60,6 mil pessoas para cada quilômetro ofertado.

Entre as capitais brasileiras, ainda segundo a pesquisa, São Luís é a penúltima na oferta de malhas cicloviárias, superando apenas Macapá (AP). Atualmente, o território ludovicenses dispõe de apenas 18 quilômetros de vias preparadas especificamente para o uso dos "pedaleiros". Muitos destes espaços estão situados em parques ou locais específicos para a destinação.

Nas avenidas e ruas da capital maranhense, não há nenhuma ciclovia disponível. Há alguns anos, um projeto da então gestão municipal previa a inclusão de um espaço cicloviário na Avenida São Luís Rei de França. A iniciativa chegou a executar o alargamento da via, para viabilizar a área necessária para a ciclovia. No entanto, o projeto não foi finalizado.

Ainda considerando a estatística do G1, no total, o Brasil registra 3.291 quilômetros de malha cicloviária nas capitais brasileiras. A capital paulista lidera a estatística, com 498,3 quilômetros, seguida por Brasília (465 km), Rio de Janeiro (458 km), Fortaleza (229,6 km), Salvador (213,5 km)

Desafios do Plano Diretor: preparar espaços para o uso das bicicletas em SL

Algumas metas são desafios históricos, já que com o crescimento irregular da cidade e ausência de planejamento urbano, muitas terão de superar obstáculos



Fotos/De Jesus

SEM
ciclovia, pedestre
precisa dividir
espaço com carros
na rua; único
espaço é em
parques



e Curitiba (204,2 km).

Enquanto, em quatro anos, as vias para este tipo de meio de transporte cresceram 133%, na capital maranhense, não há por ora nenhuma ação prevista para esta destinação. As principais vias da cidade, como a dos Holandeses, não apresentam espaços físicos que possibilitem tal finalidade. Com cantoneiros estreitos e estabelecimentos comerciais no entorno, restaria à administração pública a inclusão destas áreas nas ruas adjacentes.

Percentual mínimo

Dados estatísticos apontam, preliminarmente, que São Luís registra menos de 3% da malha viária preparada para receber pessoas que utilizam bicicletas para sobreviver. O Município não confirma a informação, no entanto, não é difícil encontrar vias cujos ciclistas registram dificuldades para se locomover.

Na Avenida do Itapiracó, no Cohab-Anil 1, por exemplo, em São Luís, não há meio-fio (que poderia separar em tese os ciclistas dos motoristas) e, para se locomover, é necessário literalmente dividir espaço com os veículos, o que propicia acidentes. "A gente se acostuma, mas seria muito bom para nós e para a cidade se houvesse uma área específica para nossa circulação, conforme está previsto inclusive no Plano [Diretor]", disse João Carlos

Gomes, ciclista há 33 anos, sendo a maior parte destes vividos na cidade.

Ele, um assíduo e amante das duas rodas e da bike, tece críticas ao Plano Diretor. De acordo com ele, o Plano Cicloviário não está disponível para análise. "Nós procuramos o poder público e não tivemos acesso a este material. É preciso, neste caso e a meu ver, um pouco mais de transparência e responsabilidade. Para que os cidadãos também possam participar

deste processo com parcimônia", afirmou.

Ciclistas de 'rua': perigo constante
Driblar o trânsito e, ao mesmo tempo, estimular as boas práticas do meio ambiente. Estes são dois dos objetivos de quem utiliza as ruas e avenidas com trajeto para se deslocar pela cidade. Seja para ir ao trabalho ou para visitar um amigo, ou mesmo para fazer compras, alguns ludovicenses – mesmo que sem espaços desenhados para tal finalidade – costumam se arriscar em vias movimentadas.

Um exemplo disso foi flagrado por O Estado na Avenida São Luís Rei de França, no Turu. Em pleno horário de pico, ciclistas são vistos entre os veículos. Os "pedaleiros" alegam que, sem espaço, a solução é utilizar a via específica. "Eu ainda tento, onde tem, andar pela calçada. Mas você corre o risco de bater em um pedestre e também se acidentar. Fora que o perigo com o veículo é muito grande", afirmou Miquêias da Silva Santos.

Segundo ele, um jovem de apenas 21 anos que não possui veículo e que ainda troca o "buzão" pela bike, é preciso que o Plano Diretor atenda às exigências da categoria. "A regulamentação tem de prever, por exemplo, o espaço necessário para o nosso uso, em dois sentidos se possível, prevenindo o fluxo no horário e as condições do próprio meio de transporte", sugeriu.

Possível solução: as ciclofaixas

Regulamentações estabelecidas, como o Código Nacional de Trânsito (Contrans), preveem que os ciclistas possuem os "mesmos direitos" de veículos, motos, ônibus e caminhões. Em apenas duas situações, essa orientação não é seguida: nos espaços destinados aos ciclistas e nas áreas (como as grandes avenidas por exemplo) em que há a sinalização de que o pedal é proibido.

Uma das garantias para os ciclistas é a criação das chamadas ciclofaixas. O entendimento delas é semelhante à da ciclovia, com a diferença de que a ciclofaixa não apresenta delimitação física, ou seja, apenas cores e faixas separam os ciclistas dos demais veículos.

Em São Paulo (SP), por exemplo, a gestão pública ofertou à população as chamadas ciclofaixas. Em alguns trechos, horários específicos são destinados para os usuários.

Para o geógrafo e pesquisador do Plano Diretor de São Luís, Luis Eduardo Neves, no entanto, é preciso que a Prefeitura de São Luís apresente quais mudanças executará na cidade para a aplicação do Plano Cicloviário. "Não há uma clareza no processo. Pelo contrário, são mudanças que terão impacto na vida das pessoas, no entanto, não há uma transparência sobre como se darão estas políticas", afirmou.

Continua em Cidades 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	10 / 11 / 2019	PÁG.	9

O perigo estava dentro de casa

PATRICIA CUNHA

De janeiro até os primeiros dias de novembro deste ano, o Maranhão já registrou 47 casos de feminicídio, de acordo com dados do Departamento de Feminicídio da Polícia Civil. Desse casos, 9 ocorreram na Região Metropolitana de São Luís. No ano passado foram registrados 46 casos e em 2017, 51. De acordo com uma análise criminológica da Polícia Civil, dos casos ocorridos em 2018, foi constatado que 57% dos crimes aconteceram dentro da casa da vítima, 84% foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros (o chamado feminicídio íntimo) e 50% dos crimes foram cometidos por arma branca.

Para combater e prevenir situações como essas, começa neste domingo, 10, a III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio, que ocorre até o dia 16 de novembro com várias atividades. A abertura será na Feirinha São Luís, a partir das 8h, na Praça Benedito Leite, com um ato-show e a participação de vários artistas locais.

A programação, idealizada pela Polícia Civil, e realizada em parceria com a Casa da Mulher Brasileira, Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, Associação Somos Todos Mariana, Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Maranhão, dentre outros órgãos parceiros, tem como foco a prevenção. De acordo com a delegada Viviane Fontenelle, chefe do Departamento de Feminicídio do Maranhão, a atividade fim da polícia é a repressiva, mas também há atuação na parte preventiva junto à rede de proteção à mulher para que o feminicídio e a violência de gênero não aconteçam mais. "Nós temos 100% de elucidação de feminicídio. Aqui na Região Metropolitana é 100% de prisão. Mas só isso adianta? Só o fato da lei ser mais dura adianta? Vão continuar acontecendo casos de feminicídios se essa cultura machista não mudar. O machismo é o pior resquício do patriarcalismo que a gente tem. É ele que mata as mulheres, é ele que faz com que o homem se sinta superior, que acha que tem mais direito do que a mulher, que acha que tem direito sobre a mulher, sobre a vida e a liberdade dela. Então, tudo isso fomenta a violência, porque enquanto esse homem acha que tem direitos a mais e que é melhor do que essa mulher em alguma coisa, ele vai acreditar que pode usar da violência para fazer valer esses direitos que ele acha que tem. É isso que tem que ser modificado, enquanto não houver a educação necessária, enquanto não mudar essa cultura machista, a polícia pode prender 100%, como estamos prendendo, podem vir leis mais duras, como as que já temos e as mulheres vão continuar morrendo", lamenta a delegada.

A Semana Estadual de Combate ao Feminicídio também pretende avançar nas medidas punitiva e protetivas para a mulher vítima de violência. Dos 9 casos registrados na Região Metropolitana de São Luís, apenas em 1 havia sido registrado boletim de ocorrência pela vítima.



Segundo a delegada Viviane Fontenelle, a conclusão disso é que as vítimas que estão denunciando estão ficando vivas. "São muitas denúncias por dia, muitas medidas protetivas de urgência, e isso demonstra a importância que tem de denunciar, de pedir a medida protetiva, porque aí a vítima passa a ser acompanhada pela Patrulha Maria da Penha, pois o descumprimento de medida protetiva é crime. Então funciona. É muito importante que a mulher denuncie. Só que às vezes ela não denuncia por medo, por dependência financeira, emocional, mas ela não é sozinha no mundo, ela tem uma vizinha, tem um parente, tem uma amiga... qualquer pessoa pode denunciar. A investigação vai ser aberta e ela vai ter a oportunidade de representar pela Medida Protetiva de Urgência. A delegacia vai investigar em que contexto aconteceu essa violência e oportunizar essa vítima para que elas tomem as medidas cabíveis para sair daquela situação de violência. E na Casa da Mulher Brasileira ela encontra os órgãos que podem ajuda-la. É um ambiente completo e que a população pode contar", informa. De acordo com a Lei nº 13.104/2015, "o Feminicídio é uma forma qualificada de homicídio, quando a morte de uma mulher decorre de violência doméstica e familiar ou quando provocada por menosprezo ou discriminação da condição do sexo feminino". Um crime qualificado como hediondo.

Segundo as Diretrizes Nacionais do Feminicídio, existem vários tipos desse crime: íntimo, não íntimo, infantil, familiar, por conexão, sexual sistemico, por prostituição ou ocupações estigmatizadas, por tráfico ou contrabando de pessoas, transfóbico; lesbofóbico ou bifóbico; racista; por mutilação feminina.

Perguntas//Delegada Viviane Fontenelle

Delegada, como está a situação do feminicídio no estado? Qual a evolução em relação a anos anteriores?

Nós temos 100% de elucidação de feminicídio no Maranhão. Aqui na Região Metropolitana é 100% de prisão e no interior do estado é 75%. O Maranhão é um dos poucos estados que tem o protocolo de feminicídio, então por isso, que está sendo seguido por todas as autoridades do estado, feminicídio tem sido mais identificado do que nos outros anos. Por isso dá a sensação que teve um aumento. Teve um aumento de casos identificados, mas aumentou também a capacidade de identificação dos sinais simbólicos do feminicídio, porque o feminicídio sempre aconteceu. A morte violenta da mulher no contexto do feminicídio sempre aconteceu, mas cada vez mais está sendo melhor identificado pelas autoridades policiais por causa do protocolo de investigação de todas as mortes violentas de mulheres, que são investigadas como se feminicídio fosse para que a gente não perca vestígios que identifiquem esse crime. No decorrer da investigação a gente confirma ou descarta a tese. O Maranhão teve um avanço muito grande nesse sentido, porque nós temos o departamento que investiga todos esses crimes ocorridos na região metropolitana e também faz o acompanhamento dos casos do interior do estado e dá todo o auxílio que for preciso para a autoridade policial daquela localidade.

Desde que a senhora está à frente do Departamento qual crime mais chocou?

A morte da Alanna Ludmilla (no dia 3 de novembro de 2017, Alanna, de 10 anos, foi encontrada morta por vizinhos em uma cova rasa no quintal da sua casa, em Paço do Lumiar, com as mãos amarradas para trás e com um saco plástico na cabeça. Segundo a polícia, a causa da morte foi asfixia após abuso sexual) foi com certeza um dos mais chocantes, por se tratar de uma criança que foi violentada, morta e enterrada pelo próprio padrasto

(Robert Oliveira Serejo). Cada um tem a sua particularidade, comigo não tem essa de polícia ser fria, eu sofro com todos os casos. A gente quer trabalhar até elucidar o caso para dar um pouco de conforto para a família. Nada vai trazer a vítima de volta, mas uma condenação, uma prisão, acaba sendo um pouco confortável para a família da vítima. Por isso que às vezes a gente se revolta com algumas coisas que acontecem. Eu lembro do caso da menina que foi baleada na cabeça no motel, a Weslayne (no dia 5 de abril de 2018, Eliézer da Cunha Reis sequestrou Weslayne e a levou para um motel do Bairro de Fátima. Mesmo após horas de negociação com polícia, ele atirou na cabeça da refém. Eliézer foi absolvido no dia 12 de junho deste ano), na frente de um monte de testemunhas. Ela não morreu, mas perdeu a visão e ficou com bastante sequelas. Af ele foi ao júri e o Conselho de Sentença simplesmente absolveu. Para ver como a nossa sociedade ainda é machista. Isso revolta, mas não impede a gente de continuar trabalhando nos casos, não. A gente faz a nossa parte. A Polícia Civil é comprometida e estamos aqui para isso.

Qual caso está sendo investigado agora?

Estamos investigando a morte da Maria Goreth (o corpo de Maria Goreth Lima dos Santos, de 59 anos foi encontrado no dia 29 dentro de um veículo em um terreno abandonado na MA-204, em Paço do Lumiar. O marido dela, José de Ribamar Rubim dos Santos, 61 anos, estava próximo ao veículo em estado de choque e disse à polícia que os dois foram obrigados a tomar uma substância desconhecida e que foram vítimas de um roubo), mas não podemos afirmar que foi uma morte violenta, porque não recebemos o laudo ainda confirmando se ela foi envenenada ou não. Temos algumas linhas de investigação que temos que manter em sigilo. Antes desse caso teve o da Dayane (Dayane Christina Oliveira Nunes foi morta a tiros pelo ex-namorado Evaldo Lima Sampaio no dia 11 de outubro, durante uma discussão em um condomínio no bairro Outeiro da Cruz, em São Luís), que após ser morta pelo agressor, o mesmo se matou.

Casos de Feminicídio 2018

- No MA
- 46 casos no total
- Todos os crimes elucidados
- 35 prisões
- 1 linchamento
- 6 suicídios
- 4 foragidos
- Na Região Metropolitana de São Luís
- 7 casos
- 4 prisões
- 2 suicídios
- 1 linchado pela população

Casos de Feminicídio 2019

- No MA (Até 8 de novembro)
- 47 casos no total
- Todos elucidados
- 31 prisões
- 10 suicídios
- 6 foragidos
- Na região Metropolitana de São Luís
- 9 casos
- 7 prisões
- 2 suicídios

Análise criminológica dos feminicídios (2018)

- 57% dos crimes aconteceram dentro da casa da vítima
- 84% foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros
- 50% dos crimes foram cometidos por arma branca.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Geral					
DATA	10 / 11 / 2019	PÁG.	8		

Assistência à mulher é aumentada no MA



SEGURANÇA PARA AS MULHERES É DESTAQUE NA GESTÃO

A estrutura para investigação dos casos de mortes de mulheres recebeu reforço do Governo do Estado. Desde 2015, medidas foram adotadas com a criação da Patrulha Maria da Penha, instituição da Casa da Mulher Brasileira e Departamento de Femicídio do Maranhão, além de investimentos em equipamentos e melhorias físicas na Delegacia Especial da Mulher (DEM) e demais delegacias no Estado. Atualmente, a mulher vítima conta com uma rede ampla e com maior acesso para denunciar e receber acolhimento.

"O governo Flávio Dino tem uma peculiaridade, atenção e muita sensibilidade no que refere a políticas para as mulheres. E as que sofrem violência podem contar atualmente com uma rede de assistência equipada e preparada para acolher e atender adequadamente. A Semu é parceira na promoção destas políticas e na sua efetividade, sabendo que a mulher precisa ser amparada, protegida e respeitada sempre", avalia a titular da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), Ana Mendonça.

As investigações de violência contra a mulher são diferenciadas dos demais crimes e devem ser vistas na perspectiva de gênero, de que a mulher sofre misoginia e está inserida em relações abusivas, explica a titular da Coordenação das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim), delegada Kazumi Tanaka. Ela aponta que em mais da metade dos casos a mulher não procura ajuda ou não denuncia. Uma série de fatores contribui para esta atitude como a falta de apoio social, dependência financeira, estar em um relacionamento abusivo, entre outros.

A rede protetora no Maranhão foi reforçada com medidas como a ampliação do funcionamento da Delegacia Especial da Mulher (DEM), que passou a atender 24 horas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	10 / 11 / 2019	PÁG.	12

Rede estadual de assistência à mulher intensifica ações de combate a crimes

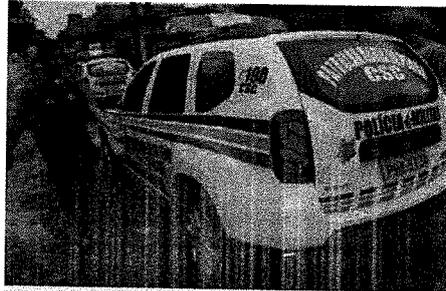
A estrutura para investigação dos casos de mortes de mulheres recebeu reforço do Governo do Estado. Desde 2015, medidas foram adotadas com a criação da Patrulha Maria da Penha, instituição da Casa da Mulher Brasileira e Departamento de Femicídio do Maranhão, além de investimentos em equipamentos e melhorias físicas na Delegacia Especial da Mulher (DEM) e demais delegacias no Estado. Atualmente, a mulher vítima conta com uma rede ampla e com maior acesso para denunciar e receber acolhimento.

"O governo Flávio Dino tem uma peculiaridade, atenção e muita sensibilidade no que refere a políticas para as mulheres. E as que sofrem violência podem contar atualmente com uma rede de assistência equipada e preparada para acolher e atender adequadamente. A Semu é parceira na promoção destas políticas e na sua efetividade, sabendo que a mulher precisa ser amparada, protegida e respeitada sempre", avalia a titular da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), Ana Mendonça.

As investigações de violência contra a mulher são diferenciadas dos demais crimes e devem ser vistas na perspectiva de gênero, de que a mulher sofre misoginia e está inserida em relações abusivas, explica a titular da Coordenação das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim), delegada Kazumi Tanaka. Ela aponta que em mais da metade dos casos a mulher não procura ajuda ou não denuncia. Uma série de fatores contribui para esta atitude como a falta de apoio social, dependência financeira, estar em um relacionamento abusivo, entre outros. "É muito delicado esse trato. Em geral, a vítima não quer testemunhar e as pessoas não querem se envolver. Dada essa especificidade, há um protocolo de atendimento específico para investigação destes casos, a fim de proteger a vítima ao máximo. Neste sentido, temos avanços na gestão, com investimentos que garantem maior proteção e melhor acolhimento à mulher. E quando



A coronel Maria Augusta Andrade destaca o trabalho da PMMA



Patrulha Maria da Penha realiza combate à violência contra a mulher

essa mulher decide procurar ajuda, de fato, é proporcionado pela rede de proteção estadual que ela seja ajudada e saia daquela situação", pontua a titular da Codevim. A rede protetora no Maranhão foi reforçada com medidas como a ampliação do funcionamento da Delegacia Especial da Mulher (DEM), que passou a atender 24 horas; a estruturação da Casa da Mulher Brasileira, que revolucionou a forma de atender, oferecendo benefícios de proteção à vítima e, em alguns casos, também a seus filhos e familiares. Ainda, a Patrulha Maria da Penha, criada na gestão Flávio Dino, que acompanha os casos, da denúncia

ao acolhimento da mulher. A DEM, plantões e demais delegacias de referência, são ligadas à Codevim. Paralelamente, os agentes envolvidos no atendimento à mulher vítima - delegados, promotores, juízes - têm tido maior reconhecimento, precisão e mais minuciosidade na identificação dos casos de feminicídio, a partir da instituição da lei, observa a chefe do Departamento de Femicídio do Maranhão, delegada Viviane Teixeira Mota Fontenelle. "Os delegados maranhenses têm seguido melhor o protocolo de investigação de morte violenta de mulher e enxergado melhor a violência de gênero nesses casos.

Assim, consegue-se tipificar melhor o feminicídio", reitera a delegada.

Com os investimentos do Governo, houve aumento dos números de atendimento, concessão das medidas protetivas de urgência e com mais agilidade, que têm mantido as vítimas vivas. "Antes, as mulheres que sofriam violência não possuíam esse benefício. É um conjunto de pontos positivos e investimentos significativos em estrutura, que contribuem para um trabalho investigativo mais eficiente. Um avanço importante no combate a esses crimes e pela maior proteção à mulher", enfatiza a delegada Viviane Fontenelle. O feminicídio é conceituado como o assassinato de mulheres no contexto da violência de gênero, que pode ser a violência doméstica e familiar; ou no menosprezo e discriminação à condição de mulher. Ocorrem em maior parte casos de feminicídios íntimos, aqueles cometidos por pessoas que têm relação com a vítima; e os feminicídios não-íntimos, quando não há relação da vítima e autor, a exemplo dos estupro, assédio sexual e preconceito de gênero. A lei 13.104, Lei do Femicídio, foi instituída em 2015.

UNIDADE MILITAR

A rede de proteção à mulher vítima no Maranhão conta, ainda, com a Patrulha Maria da Penha, órgão que integra a Polícia Militar do Maranhão (PMMA). A unidade é formada de policiais qualificados para lidar com mulheres em situação de violência doméstica e agrega uma estrutura física para seu funcionamento. Tem suporte de viaturas exclusivas que realizam atendimentos como visitas e rondas nas residências das vítimas, evitando que agressores descumpram medidas protetivas. "A Patrulha Maria da Penha é um trabalho inovador de combate à violência contra a mulher e um incentivo, para nós que já iniciamos, junto com o governador Flávio Dino, o planejamento para expansão desta unidade a outras regionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	10 / 11 / 2019	PÁG.	12

Polícia cumpre dois mandados de prisão por roubo em Timon

Em cumprimento a mandado de prisão, expedido pela 2ª vara criminal de Timon, a Polícia Civil prendeu, na quarta-feira (6), Jardiel de Sousa Oliveira e Adriano Costa Rocha. Ambos foram condenados pelo crime de roubo majorado. A dupla foi presa na Rua do Fio, bairro São Benedito, em Timon. Jardiel, que é natural de Teresina, capital do Piauí, foi condenado a seis anos, sete meses e sete dias. Já Adriano terá que cumprir seis anos, dois meses e 18 dias. Os dois foram encaminhados à Unidade Prisional de Ressocialização de Timon, onde ficarão para cumprimento da pena.

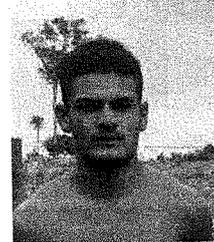
Latrocida é preso em Penalva

A Polícia Civil prendeu, na quarta-feira (6), em cumprimento a mandado de prisão preventiva, Valdeir Cutrim dos Santos, conhecido "Socó". Ele é suspeito de latrocínio. De acordo com a polícia, ele estava foragido desde quando cometeu o crime, que ocorreu no povoado Santeiro, no município de Viana, no ano de 2014. Valdeir foi conduzido à Delegacia de Penalva e, após os procedimentos de praxe, encaminhado para o sistema penitenciário estadual, onde ficará à disposição da Justiça.

Suspeito de latrocínio é preso em Governador Edson Lobão

Franciel Dias Sousa foi preso na noite de sexta-feira (8) pelo crime de latrocínio (roubo seguido de morte), na cidade de Governador Edson Lobão. Segundo a Polícia Civil, Franciel é investigado por ter roubado e assassinado Altemir Soares Martins, também conhecido como "Temir Clube". O crime ocorreu no dia 19 de outubro deste ano. Temir Clube foi encontrado morto com sinais de violência na residência dele, localizada na rua José Casemiro, em Lago dos Rodrigues. O corpo com sinais de espancamento e ensanguentado foi encontrado pela filha da vítima. Quando realizava o roubo

na residência de Temir Clube, Franciel foi flagrado pela vítima, e a atacou com um pedaço de madeira, atingindo a cabeça de Temir Clube; o celular e a motocicletas foram roubadas. De acordo com a polícia, Franciel foi levado para Lago da Pedra. Na sexta-feira (8), policiais civis, por meio da 10ª Delegacia Regional, cumpriram mandado de prisão contra André Luís Oliveira da Conceição por suspeita de estupro a vulnerável em João Lisboa. De acordo com a polícia, o suspeito estava foragido e escondido no povoado São Raimundo.



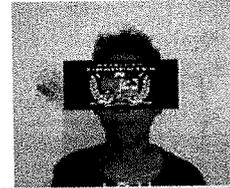
Franciel Dias Sousa foi preso sob acusação de ter assassinado vítima de roubo

Jovens são flagrados com celular roubado no Fumacê

Dois jovens, André Felipe Ramos Costa, de 19 anos, e um adolescente, 14, foram flagrados pela polícia por volta das 22h30 de sexta-feira (8). O flagra aconteceu durante rondas policiais pelo bairro do Fumacê. A dupla ao ver a motocicleta da polícia abandonou o celular e tentou fugir, mas foram capturados. André Felipe estava de moçoileira eletrônica. Tanto ele quanto o adolescente foram levados para o Plantão Itaquí Bacanga. Uma ação das Polícias Civil e Militar, na quinta-feira (7), resultou na prisão de dois integrantes de uma quadrilha que tem praticado diversos assaltos em sítios e chácaras na região do Iguaíba, na



André Felipe e comparsa foram flagrados com celular roubado



cidade de Paço do Lumiar. Um adolescente de 16 anos também foi apreendido durante a ação policial. Os presos foram identificados como Kerliane Pereira dos Santos,

conhecida como "Kekezinha", e Ylan Carlos Barbosa dos Santos. Segundo informações policiais, alguns pertences das vítimas foram encontrados em poder de Kerliane.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Capa			
DATA	11 / 11 / 2019	PÁG.	1

47 feminicídios registrados este ano no Maranhão

Nove dos casos ocorreram na Região Metropolitana de São Luís, onde sete agressores foram presos e dois se suicidaram. Dados foram divulgados na III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio. POLÍCIA 7



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	11 / 11 / 2019	PÁG.	7

Maranhão registra 47 casos de feminicídio neste ano

De todas as ocorrências deste ano, nove aconteceram na Região Metropolitana de São Luís; na Grande Ilha, sete agressores foram presos e dois cometeram suicídio após o crime; autoridades recomendam denúncia ao primeiro sinal de violência

NELSON MELO
Da equipe de O Estado

No Maranhão, já foram registrados 47 feminicídios em 2019. Destes, nove aconteceram na Região Metropolitana de São Luís, segundo dados divulgados pelo Departamento de Feminicídios da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Os números superaram o saldo de todo o ano passado, que fechou com 45 casos. As estatísticas apontam que a quase totalidade das vítimas não procurou ajuda de autoridades ou de qualquer outra instituição.

Os números foram divulgados pela delegada Viviane Fontenelle, titular do Departamento de Feminicídios, durante a abertura da "III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio", que aconteceu até o dia 16 de novembro, com programação variada. De acordo com ela, nos casos registrados no Maranhão, 32 agressores foram presos no interior. No entanto, seis autores permanecem foragidos. Já na Grande Ilha, dos nove crimes contabilizados até agora, sete suspeitos foram capturados e dois cometeram suicídio logo após matarem as mulheres.

Para a delegada, é importante denunciar o agressor logo no primeiro

ato que indique uma alteração de comportamento. "Tem que ficar de olho nos sinais que simbolizam a violência, que não é apenas física. Ela ocorre em várias instâncias, como a patrimonial, moral, sexual e psicológica. A mulher não pode esperar a violência física acontecer, pois os demais tipos de conduta podem desencadear algo mais grave", enfatizou Viviane Fontenelle.

A delegada frisou que a vítima das agressões deve procurar ajuda o mais rápido possível, para que a mulher possa sair com segurança da situação abusiva. "É importante que nos procure, na Casa da Mulher Brasileira, onde há uma rede de proteção às mulheres", disse a titular do Departamento de Feminicídios.

Ausência de denúncias

A coordenadora das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevím), delegada Kazumi Tanaka, esclareceu que a maioria das mulheres que passou por uma situação de violência no Maranhão não buscou ajuda estatal, ou não procurou auxílio de alguma organização que atue nesse enfrentamento. "Temos que levar essa informação, fazer com que ela acredite, antes que uma situação pior aconteça", destacou a delegada.

No início deste ano, inclusive, a



Jaqueline Rodrigues, uma vítima

fim de combater e prevenir as agressões, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão

(CEMULHER/TJMA) se reuniu com a Codevím, a 2ª Promotoria de Justiça da Defesa da Mulher de São Luís e a 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No encontro, foi debatido o aperfeiçoamento de estratégias para o aprimoramento do uso de Formulários de Riscos no Maranhão.

O formulário é uma ferramenta recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem o objetivo de identificar com mais eficiência e agilidade os riscos aos quais as mulheres em situação de violência doméstica e familiar estão expostas.

Alguns casos

Dezenas de municípios maranhenses registraram casos de feminicídio este ano. Um dos casos ocorreu em Itapeturu-Mirim, onde Taynara Cristina, de 23 anos, foi morta pelo companheiro, Francisco Linhares. De acordo com a Polícia Militar, o casal estava em um bar quando iniciou uma discussão motivada por ciúmes. Após o crime, o autor fugiu do local. Ele foi preso poucos dias depois, na zona rural de Cantanhede.

Taynara Cristina e Francisco Linhares estavam juntos por cerca de três anos. Segundo familiares da vítima, ambos sempre brigavam por conta dos ciúmes do companheiro. Outro caso aconteceu na cidade de

Estreito, na zona rural do município, onde Dayara Maia Ferreira, 25, foi espancada com um pedaço de pau na cabeça e depois levou um tiro que atravessou o crânio. O autor foi o próprio marido, Wilson Marinho, que praticou o crime na frente do filho de sete anos do casal.

Em São Luís, no mês de outubro, houve a morte de Dayane Christina Oliveira Nunes, 33, em um condomínio localizado na Avenida dos Franceses, no bairro Outeiro da Cruz. Ela foi morta por Evaldo Lima Sampaio, então namorado da vítima, que, após anunciar que iria se apresentar na SHPP, cometeu suicídio ao atirar na própria cabeça. Evaldo não resistiu no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorro).

Em Trizidela do Vale, na região do Médio Mearim, Jaqueline Rodrigues da Silva foi morta a golpes de faca pelo ex-namorado, Ivan da Silva Sousa, o "Vandinho de Mossoró". Ela foi surpreendida pelo autor quando estava em um bar, acompanhada de amigos, para comprar cigarros. A vítima foi atingida por golpes de faca no abdômen e nas costas e ainda foi levada com vida ao hospital, mas não resistiu na unidade de saúde de Peritoró.

O ex-marido da vítima tentou fugir, mas foi cercado por uma multidão, que o agrediu com diversas pau-

ladas, socos e pontapés.

Semana de prevenção

A "III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio" começou nesse domingo, na Praça Benedito Leite, Centro Histórico de São Luís. A abertura aconteceu durante a realização da tradicional "Feirinha São Luís". Com o tema "Por uma Vida Digna", o evento, que será encerrado no próximo dia 16, ofereceu várias atividades para as mulheres, como maquiagem, massagens, tratamento nos cabelos e orientações sobre saúde.

Também foi montado um grande estande, onde foram entregues panfletos alertando sobre a violência contra as mulheres. "É importante que repliquemos experiência dos anos anteriores, para levarmos informações à população, a fim de prevenir o feminicídio acima de tudo", salientou a delegada Kazumi Tanaka.

Segundo a delegada, no decorrer desta semana, ocorrerão palestras e visitas à Casa da Mulher Brasileira. Na quarta-feira, 13, quando será comemorado o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, ocorrerá uma programação especial na Praça Nauró Machado, Centro Histórico de São Luís, a partir das 17h30. O encerramento será às 16h30 do dia 16, com uma caminhada na Avenida Litorânea. ■

Ex-detento é executado a tiros em Imperatriz

Elielson Alves tinha passagem pela Unidade Prisional de Ressocialização e era suspeito de coparticipação em homicídio ocorrido em 2017

A Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da cidade de Imperatriz, na Região Tocantina, está investigando um assassinato ocorrido nesse fim de semana, naquele município. O crime aconteceu na tarde de sábado, 9, por volta das 14h30, no Centro, em um local com movimentação intensa de pedestres e veículos. O ex-presidiário Elielson Alves dos Santos, de 24 anos, foi atingido por disparos de arma de fogo quando estava em um carro Gol

prata, placas de Belo Horizonte/MG.

Segundo informações da DHPP, Elielson estava em um veículo de transporte por aplicativo, acompanhado de dois amigos. Ele conversava ao celular com um desconhecido quando pediu, "do nada", para que o motorista parasse o carro. Nesse instante, chegaram dois homens em uma motocicleta Honda Bros preta. Os três conversaram por cerca de um minuto. De repente, um dos ocupantes da moto, demons-

trando impaciência, sacou uma arma de fogo e desferiu vários tiros na direção do ex-presidiário, sem se importar com as outras duas pessoas que estavam no Gol.

Elielson foi alvejado e caiu morto na pista após se arrastar pelo carro. O motorista e o outro passageiro do automóvel saíram correndo no momento dos tiros, mas também foram atingidos de raspão. Um levou um disparo na mão direita, o outro foi baleado superficialmente no ombro es-

quendo. O tiroteio foi tão intenso que projéteis perfuraram um Prisma preto que estava estacionado nas proximidades do local onde ocorreu o homicídio.

Dentro do Prisma não havia ninguém, de acordo com a Delegacia de Homicídios. Após se certificarem de que Elielson estava morto, os dois homens da motocicleta subiram no veículo e aceleraram. Desde então, estão desaparecidos. Peritos criminais recolheram pelo menos 14 cápsulas de

pistola calibre .40.

Ex-presidiário

A vítima deste homicídio passou uma temporada encarcerada na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), antiga Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). Ele era suspeito de ter participado, como coautor, do assassinato de William Ferreira Alves, no dia 11 de setembro de 2017, na BR-010, naquela cidade da Região

Tocantina. A motocicleta Titan preta utilizada nesse crime era de propriedade de Elielson Alves.

Ele residia na Avenida Silvino Santos, bairro Vila Macedo, em Imperatriz. Familiares disseram à polícia que, antes de pedir a corrida no aplicativo, Elielson recebeu uma ligação. Aos parentes, declarou que, após o almoço, iria sair de casa para explicar a uma pessoa que não estava envolvido em algo, sem fornecer mais detalhes sobre o caso mencionado. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	11 / 11 / 2019	PÁG.	3		

Reaparecendo

O prefeito licenciado de Paço do Lumiar, Domingos Dutra (PCdoB), reapareceu em vídeo no último fim de semana. Ele aparece andando sozinho.

Dutra teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em setembro deste ano. Ficou internado até o fim de outubro quando sua esposa, Núbia Dutra, o tirou do hospital sem alta médica.

De lá para cá, os filhos do prefeito procuram por ele. Amigos próximos do casal dizem que Dutra está em São Paulo, fazendo fisioterapia.

Paradeiro desconhecido

O fato é que o paradeiro do prefeito e de sua esposa é desconhecido. Os filhos fizeram a denúncia à Polícia Civil, que investiga o local em que os dois estão.

Nathalia e Daniel Dutra acusam a madrasta de desrespeitar recomendações médicas e colocar a vida do pai deles em risco.

A "guerra" familiar ocorre desde a internação do comunista. Os filhos foram proibidos por Núbia de visitar o pai no hospital. Com isso, eles recorreram à Justiça para ter acesso a Dutra.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	11 / 11 / 2019	PÁG.	2		

Vereadores fazem 1ª audiência do Plano Diretor na zona rural

Dos oito encontros previstos para discutir a revisão do Plano Diretor da capital, o primeiro da Zona Rural aconteceu no fim de semana no bairro Pedrinhas; a questão da redução em mais de 40% do território rural foi a mais debatida

A terceira audiência pública para discutir a revisão do Plano Diretor de São Luís, que tramita na Câmara de Vereadores, foi dominada pelo debate em torno da possibilidade de redução da zona rural da cidade para transformação em zona urbana.

No encontro, que ocorreu na manhã do último sábado, 9, na Escola Estadual Professor Mário Martins Meireles, no bairro Pedrinhas, moradores fizeram questionamentos sobre a proposta que altera o Plano Diretor de São Luís (Lei nº 4.669, de 2006), com preocupação em, pelo menos, três pontos: redução de área de dunas, redução da área rural e diminuição de preservação da área da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã.

A líder comunitária Raimunda Nonata Costa Rodrigues, de 54 anos, moradora da Vila Esperança se diz preocupada com as possibilidades de redução da zona rural. "A situação vem gerando preocupação, principalmente na questão quanto a uma possível redução de 41% da nossa região [zona rural], sendo ao todo 8.643 hectares de área rural", disse.

Preocupação

Outros moradores da zona rural também demonstraram preocupação com uma possível extinção de parte do território da região. É o caso, por exemplo, do vice-presidente da Associação dos Moradores do Bairro Pedrinhas, Raimundo Araújo Bezerra.

"Temos na agricultura e na pesca a nossa fonte de renda. Com a possível redução, podemos ser prejudicados. Por isso, a população cobra, agora dos vereadores a ampliação do debate, pedindo a eles para não apreciar a proposta na Câmara enquanto não tivermos um esclarecimento sobre esse tema polêmico", afirmou o líder comunitário.

O vereador Estevão Aragão (PSDB), que presidiu a audiência no primeiro momento, falou da importância na atualização do diploma legal, disse que o último plano foi criado em 2006 e, portanto, segundo ele, deveria ter sido atualizado pela Prefeitura em 2016, cujo prazo máximo é de 10 anos, instituído pela Lei 10.257, do Estatuto das Cidades.

"São Luís tem crescido de forma desordenada nos últimos anos, então, o plano além de ser uma obrigação é extremamente necessário para a organização da nossa metrópole. Meu papel, enquanto vereador, é cobrar para que seja colocado em prática", avaliou Estevão.

MAIS

Cronograma

Seguindo o cronograma definido pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, Osmar Filho, a próxima audiência

ocorrerá às 19h, na terça-feira, 12, no auditório da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Revisão do Plano Diretor chegou a Câmara em junho

Vereadores já foram a três audiências públicas

Debate

A realização da audiência pública é parte dos esforços da Câmara no sentido de ampliar ainda mais o debate cidadão sobre as propostas de mudança no Plano Diretor. Durante o encontro, o presidente do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID), Marcelo do Espírito Santo, fez mais uma vez a apresentação do projeto à população.

O titular da autarquia destacou que a lei vigente possui 168 artigos, dos quais, após revisão, 19 artigos foram excluídos; 86 permaneceram sem alterações; 63 artigos foram alterados e/ou atualizados; 59 artigos incluídos e atualização de tabelas e mapas. No entanto, afirmou que a nova proposta contém 208 artigos e precisa ser aprovada pelo Legislativo.

"Há uma comissão dentro do Conselho da Cidade de São Luís (Concid) que se debruçou sobre a proposta que hoje estamos debatendo. A audiência cumpre o dever que é permitir que a população esteja presente e conheça os diferentes aspectos da legislação e, assim, possa contribuir, apoiando, concordando ou discordando da proposta, antes que ela seja apreciada pela Câmara", afirmou.

Apresentada à Câmara ao final do mês de agosto, a revisão do Plano Diretor, a ser tratada em oito audiências públicas durante este mês, estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano, traçando metas e orientando a ocupação da cidade.

Audiência

Durante as 3h30 de audiência, pelo menos 30 pessoas se inscreveram para perguntas e contribuições. O advogado Guilherme Zagallo, ex-membro do Conselho da Cidade (representando OAB) e participante das audiências públicas realizadas até aqui, disse que a diminuição de área de proteção e aumento da área urbana podem ser um precedente para futuramente as áreas antes protegidas se transformarem em áreas de especulação imobiliária.

"O meu desejo é que o Conselho tente sanar as graves falhas de forma e conteúdo. No conteúdo, a intensa redução da zona rural - 41%, a redução de bens ambientais protegidos pela lei orgânica do município - 11,5 hectares de dunas, parte do Sítio Santa Eulália e APA do Maracanã, a redução das áreas de recarga de aquíferos, onde hoje é extraída 40% da água consumida na ilha", destacou. ●



Moradores da zona rural de São Luís questionaram a redução em 41% da área, que está prevista no novo texto

Paulo Caruá/Câmara de S.L.